

José Julberto Meira Junior

ICMS

SUBSTITUIÇÃO

TRIBUTÁRIA

UMA VISÃO CRÍTICA

**Aspectos Constitucionais, Legais, Jurídicos,
Conceituais e Jurisprudenciais**

3ª Edição – Revista e Atualizada

Prefácio pela Profª Betina Gruppenmacher

Curitiba
Juruá Editora
2023

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-263-0360-3

JURUÁ
EDITORA

Brasil – R. Flávio Dalleggrave, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900 –
CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Meira Junior, José Julberto

M514 ICMS: substituição tributária - uma visão crítica./
3ª ed. – rev. e atual. - José Julberto Meira Junior –
Curitiba: Juruá, 2023.
318p.; 21cm

1. Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços.

2. Direito tributário. I. Título.

CYS 155045N

CDD 343.04 (22.ed)

CDU 336.2.022

00019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
HISTÓRICO	29
Capítulo I ASPECTOS DOUTRINÁRIOS, CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA	41
1 CONSIDERAÇÕES DOUTRINÁRIAS E AS RAZÕES DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA	41
1.1 Os Princípios Constitucionais Aplicáveis à Espécie	61
1.2 Observações Quanto à Regra-Matriz de Incidência no Âmbito da Substituição Tributária	69
1.3 A Sujeição Passiva na Substituição Tributária	72
1.4 Observações Pontuais Quanto a Repercussão no Contexto da Substituição Tributária	84
1.5 A EC 87/2015 e seus Desdobramentos no Âmbito da Substituição Tributária	90
1.6 A Função Constitucional da Lei Complementar	107
2 DEMAIS ASPECTOS DE ORDEM CONCEITUAL E LEGAL NO CAMPO DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA.....	117
2.1 Convênios e Protocolos – Considerações de Caráter Geral.....	118
2.2 Os Convênios e Protocolos no Âmbito da Substituição Tributária.....	126
2.3 Fundamentos de Validade da Substituição Tributária	161
2.4 Considerações Acerca do Convênio ICMS 93/2015 no Papel Regulamentado (sic) da EC 87/2015.....	168
2.5 Espécies de Substituição Tributária no Contexto do ICMS	179
2.5.1 Nem toda antecipação configura substituição e a retenção é um dos reflexos de uma das modalidades do instituto	195
2.5.2 O fato gerador e o fato gerador presumido.....	199
2.5.3 A base de cálculo, a base de cálculo arbitrada e o MVA ajustado	204
2.5.4 A restituição imediata e preferencial e a regra de complemento	218

2.5.5	Considerações complementares acerca da substituição tributária	239
2.6	Observações Pontuais Quanto ao Diferimento.....	243
2.6.1	Diferimento não é benefício fiscal	261
Capítulo II	O QUESTIONAMENTO DA CONSTITUCIONALIDADE E DEMAIS PROBLEMAS JURÍDICOS EXISTENTES.....	267
1	O MODELO CONSTITUCIONAL ADOTADO E AS CRÍTICAS EXISTENTES	268
1.1	Inconstitucionalidades da Lei Complementar	278
2	DEMAIS PROBLEMAS JURÍDICOS EXISTENTES	280
3	POSICIONAMENTOS QUANTO AO TEMA.....	281
3.1	A Divergência no Superior Tribunal de Justiça	283
3.1.1	Corrente favorável à sujeição passiva tributária antecipada	283
3.1.2	Corrente contrária à sujeição passiva tributária antecipada	286
3.2	O Entendimento Predominante no Superior Tribunal de Justiça.....	290
3.2.1	A aceitação da sujeição passiva tributária antecipada	290
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	295
	CONCLUSÃO.....	297
	ANEXO.....	299
	REFERÊNCIAS.....	307